



O que deve incluir a política pública do próximo presidente para **integrar** o Brasil à economia digital?

Agenda Digital para o Brasil 2019-2022





O impulso para estar conectado – com seus pares, com seu ambiente, com seu passado, presente e futuro – é uma das vontades humanas fundamentais. Não por acaso, a conectividade tem sido, nos últimos 20 anos, um dos principais motores de desenvolvimento, inclusão e inovação no Brasil e no mundo.

O acesso à conectividade – já feito principalmente por aparelhos e redes móveis – significa, além da importante ferramenta de comunicação, o acesso a serviços digitais de saúde, educação, finanças, e até de cidadania. São mais de 143 milhões de usuários de serviços móveis no Brasil – e 16 milhões de máquinas – conectados por meio de 235 milhões

CONECTANDO TUDO E TODOS o. um FUTURO MELHOR

de linhas. Nesse ambiente, é fácil ver que muito já mudou para melhor (há 20 anos eram apenas 7 milhões linhas).

Em muitos países, o ecossistema digital, ou seja, a infraestrutura de conectividade, os dispositivos pessoais e equipamentos, o conteúdo e demais serviços oferecidos pela internet, tem prosperado graças à crescente demanda dos usuários e *apesar* de diversos entraves fiscais e regulatórios. No entanto, nós queremos seguir caminhando para o futuro a passos cada vez mais largos. Acreditamos no enorme potencial de **um Brasil que conecta tudo e todos para um futuro melhor.**

O CAMINHO PARA UM BRASIL CADA VEZ MAIS CONECTADO

Para alcançar essa visão, o Brasil deve adotar políticas de Estado que estejam aderentes às necessidades da sociedade, e alinhadas com as tendências globais do mercado. Isso significa garantir marcos regulatórios para o ecossistema digital que sejam neutros e voltados para o futuro, independentemente de tecnologia e modelo de prestação de serviços –evitando-se, assim, que se tornem obsoletos em curto espaço de tempo–, e gerem, de um lado, confiança para os usuários, e, de outro, segurança jurídica para as empresas.

É preciso revisitar o quadro legal e regulatório imposto ao setor, de forma a reduzir as barreiras e obstáculos ao investimento e, também, de forma que o mesmo possa acompanhar as mudanças contínuas que vem ocorrendo na modernização da infraestrutura e dos serviços de telecomunicações. Em se tratando de um mercado competitivo, o governo deve viabilizar

a redução da carga regulatória, assegurando a correta alocação dos recursos públicos e, até mesmo, a participação governamental direta por meio de fundos setoriais que devem primar pela aplicação de recursos na expansão da oferta de serviços para áreas onde eles inexistem.

Nesse sentido, no âmbito das estratégias a serem adotadas e para que o potencial de política pública seja alcançado de forma coerente aos pilares do real interesse público, é fundamental o endereçamento de compartilhamento entre os atores do mercado, como também o compartilhamento com outros setores de infraestrutura, com uma regulação adequada das condições comerciais e econômicas de uso das redes e da infraestrutura necessária, possibilitando condições equânimes de desenvolvimento e uma maior abrangência do processo de inclusão digital.



UMA AGENDA DIGITAL PARA O BRASIL

Toda tecnologia é, por definição, neutra – o que importa é o uso que fazemos dela. Nós imaginamos um mundo em que o ecossistema digital seja cada vez mais um instrumento para gerar e distribuir riquezas, viabilizar inclusão, e melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Para chegar lá, faz-se necessária uma abrangente **Agenda Digital para o Brasil** que corretamente equilibre proteção ao usuário, flexibilidade para inovar e estímulo ao investimento. Essa estratégia de alto nível e de longo prazo está organizada em três frentes interconectadas:

1. CONECTAR TODOS. CONECTAR TODOS OS BRASILEIROS À INTERNET E OFERECER MAIOR COBERTURA DE CELULAR E INTERNET MÓVEL.



Apesar do grande número de pessoas conectadas hoje, o Brasil ainda precisa conectar mais de 60 milhões de pessoas para fechar o gap de inclusão digital. Para tanto, além de permitir acesso do setor ao seu insumo fundamental –espectro– a preços justos, é importante eliminar barreiras para a instalação de antenas e racionalizar a cobrança e também o uso das taxas específicas recolhidas pelo setor, como Fistel, Fust e Funttel. Além disso, em algumas regiões do país,

o apoio de políticas públicas para garantir a cobertura se faz indispensável. É importante considerar as implicações do tamanho do Brasil e as diferentes características entre regiões e até entre municípios, a dificuldade de geração de demanda em decorrência do cenário econômico, e as assimetrias competitivas existentes em um setor extremamente regulado que atualmente compete com serviços equivalentes mas viabilizados por outras tecnologias (como os serviços over-the-top). Uma política abrangente de inclusão digital deve trazer soluções para essas questões, viabilizar modelos de negócio inovadores, e considerar também outros desafios importantes como o acesso em áreas remotas. Um Brasil que Conecta Todos será um País mais democrático e com maior igualdade de oportunidades para seus cidadãos.

2. CONECTAR TUDO. FAZER USO INTENSIVO DA INTERNET DAS COISAS.

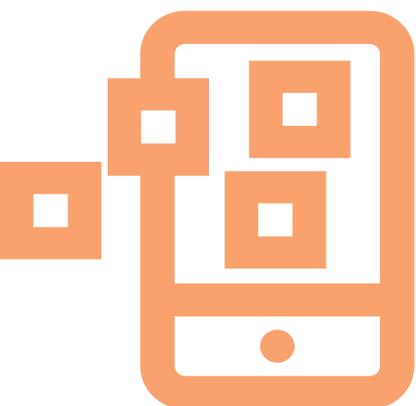
Enquanto o setor investe para viabilizar a internet de quinta geração (5G) e os novos serviços a ela associados, a Internet das Coisas (IoT), que descreve a conexão de máquinas com outras máquinas, sistemas e indivíduos, já é uma realidade no Brasil. A IoT é parte fundamental da transição para a Quarta Revolução Industrial e para as Cidades Inteligentes. Mas a IoT, por abranger modelos de negócio

inovadores, encontra barreiras que ainda travam todo o seu potencial transformador para empresas, indivíduos e até para serviços públicos. Um Brasil que Conecta Tudo será um País com maior produtividade, competitividade internacional, eficiência e segurança.



3. SERVIÇOS DIGITAIS CONFIÁVEIS. GERAR CONFIANÇA E IMPLANTAR SERVIÇOS DIGITAIS E SERVIÇOS DE CIDADES INTELIGENTES.

O avanço do ecossistema digital também traz preocupações sobre proteção de dados e privacidade dos usuários. A construção de um futuro melhor e conectado passa pela necessidade do País de ter um marco de proteção de dados que, ao mesmo tempo, permita a inovação baseada em dados e proteja o direito à privacidade, construa confiança no ecossistema digital e permita o desenvolvimento de novos modelos de negócio. Garanti-



dos os direitos digitais do usuário, a economia de dados é capaz de gerar novos serviços, aumentar a eficiência de serviços existentes, avançar a ciência e a produção de conhecimento, e até colaborar na otimização de serviços e políticas públicas por meio de *Big Data*, *Machine Learning*, Inteligência Artificial e IoT. É também importante que as regras estejam alinhadas para viabilizar essa nova economia, como, por exemplo, permitindo a utilização de versões digitais ou digitalizadas de documentos dos consumidores. Um Brasil Conectado para um Futuro Melhor será um País que estimula a inovação, que conta com eficiência no planejamento e gasto de recursos, e será, ainda, um País melhor informado para enfrentar seus principais desafios.

VIABILIZANDO A AGENDA DIGITAL PARA O BRASIL

O próximo governo do Brasil terá um papel crucial na transformação digital do País. A criação de uma Agenda Digital com uma visão de longo prazo deve conter diversos tipos de incentivos para promover o investimento em infraestrutura e o desenvolvimento e oferta de novos serviços.

Essa transformação digital será fonte de desenvolvimento e importantes mudanças no País, mas ainda há desafios a serem superados. O próximo governo do Brasil deve considerar as seguintes medidas específicas:

A. ATUALIZAÇÃO LEGAL E REGULATÓRIA

1. Aprovação imediata do PLC 79/16.
2. Simplificação da regulamentação e dos licenciamentos.
3. Estímulo à autorregulação setorial.
4. Licitações não arrecadatórias para novas frequências.
5. Estabelecimento de simetria regulatória para com serviços similares aos prestados por empresas de Internet.

B. PROMOÇÃO DA INCLUSÃO DIGITAL

1. Desoneração de tributos para acessos de domicílios de baixa renda e em áreas carentes.
2. Alteração da lei do Fust para viabilizar seu uso em outros serviços além do serviço de telefonia fixa, e para subsidiar a contratação de serviços por usuários de baixa renda em áreas carentes, inclusive rurais.
3. Redução de tributos sobre serviços, equipamentos e dispositivos, inclusive smartphones.
4. Criação do Sistema S para as TICs para facilitar a capacitação do trabalhador.

C. REDUÇÃO DAS BARREIRAS AOS INVESTIMENTOS DO SETOR PRIVADO

1. Incentivo fiscal para instalação de antenas em regiões não atendidas.
2. Aplicação plena da Lei Geral de Antenas (Lei 13.116/15) pelos municípios.
3. Isenção de Fistel, Condecine e CFRP das antenas instaladas em rodovias, assim como assegurar a cessão não onerosa de áreas para instalação de antenas e direito de passagem em rodovias.
4. Isenção de tributos, principalmente Fistel, para equipamentos e infraestrutura de IoT.
5. Definição de uma política industrial com foco na competitividade futura.

**CASO TODAS AS MEDIDAS SEJAM ADOTADAS,
PRODUZIREMOS, ATÉ 2022, OS SEGUINTE RESULTADOS:**



TOTAL DE CONEXÕES
(EM MILHÕES)



IoT
(EM MILHÕES)



NOVOS EMPREGOS



**QUALIFICAÇÃO DE
PROFISSIONAIS**

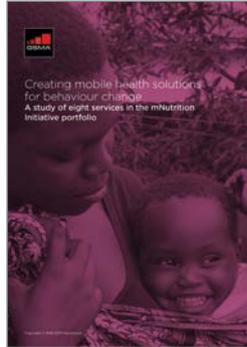


**NOVAS ANTENAS
DE CELULAR E
INTERNET MÓVEL**





Outros relatórios publicados em www.gsma.com



GSMA Latin America. Escritório Brasil.

WTC – Av. Das Nações Unidas 12.551, 17º Andar
São Paulo, CEP 04578-903
São Paulo

